



Esta reunião de trabalhos sobre a boa-fé tem por objetivo apresentar as dificuldades de sua delimitação conceitual e aplicação na teoria geral do direito privado, no campo do direito obrigacional e dos contratos, num intenso diálogo com os microssistemas jurídicos, além de ressaltar a aplicação do instituto no campo do direito de família e das sucessões. Trata-se de obra fundamental para compreender o instituto e suas funções, permitindo ao leitor perceber que não se deve empregar o conceito como mero reforço semântico sem a adequada densificação. Os artigos, através da perspectiva de pesquisadores, advogados e magistrados, contextualizam sua aplicação a problemas contemporâneos, analisando criticamente doutrina e jurisprudência, propiciando uma reflexão sobre a expansão da utilização da boa-fé no cenário nacional.

[...] A boa-fé, no direito civil brasileiro, teve altos e baixos. Durante o longo período do predomínio do liberalismo individualista, tanto no Brasil quanto nos países do sistema jurídico romano-germânico, a boa-fé foi confinada a espaços menores pela legislação civil ante a ideologia triunfante que a via como porta aberta à intervenção do Estado-Juiz nas relações privadas, especialmente nos negócios jurídicos. [...] A importância atual da boa-fé agigantou-se de tal modo que há risco de se converter, na concepção de alguns, em macroprincípio que absorveria os demais princípios do direito civil, especialmente no âmbito das obrigações civis. No que concerne aos princípios sociais dos contratos, por exemplo, deve-se evitar que a função social e a equivalência material sejam entendidas como expressões específicas da boa-fé, e não como princípios autônomos e justapostos. Afastadas a absorção ou a subalternidade dos demais princípios, deve-se compreendê-los e aplicá-los de modo harmonizado, dado a que não há hierarquia entre eles, até mesmo quando situações concretas os levem à colisão.

Paulo Luiz Netto Lôbo

Coordenadores
Fabíola Albuquerque Lobo
Marcos Ehrhardt Júnior
Rodolfo Pamplona Filho

BOA-FÉ E SUA APLICAÇÃO NO DIREITO BRASILEIRO

Coordenação científica
Paulo Luiz Netto Lôbo

2ª edição revista e atualizada

Área específica
DIREITO CIVIL.

Áreas afins
DIREITO EMPRESARIAL,
DIREITO DO CONSUMIDOR.

Público-alvo/consumidores
Estudantes de graduação dos últimos três semestres (o livro servirá como bibliografia para os trabalhos de conclusão de curso), alunos de cursos de especialização em direito civil e empresarial, especialmente aqueles com ênfase em contratos, bem como alunos de mestrado/doutorado, já que os organizadores e alguns autores incluirão a obra nas bibliografias básicas de suas respectivas disciplinas. Em Alagoas e Pernambuco, a partir do lançamento, o livro fará parte da bibliografia que consta no edital de preparação dos cursos de mestrado e doutorado.

FORMATO: 14,5 × 21,5 cm
CÓDIGO: 10001491

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

B662 Boa-fé e sua aplicação no Direito brasileiro/ Fabíola Albuquerque Lobo, Marcos Ehrhardt Júnior, Rodolfo Pamplona Filho (Coord.). 2. ed. rev. e atual. – Belo Horizonte : Fórum, 2019.

404p.; 14,5 cm x 21,5 cm

ISBN: 978-85-450-0576-6

1. Direito Civil. 2. Direito Empresarial. 3. Direito do Consumidor. I. Lobo, Fabíola Albuquerque. II. Ehrhardt Júnior, Marcos. III. Pamplona Filho, Rodolfo. IV. Título.

CDD 342.1

CDU 347

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

LOBO, Fabíola Albuquerque; EHRHARDT JÚNIOR, Marcos; PAMPLONA FILHO, Rodolfo (Coord.). *Boa-fé e sua aplicação no Direito brasileiro*. 2. ed. rev. e atual. Belo Horizonte: Fórum, 2019. 404p. ISBN 978-85-450-0576-6.

Fabíola Albuquerque Lobo é Doutora em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco. Professora Associada do Departamento de Direito Privado do Centro de Ciências Jurídicas (UFPE). Professora dos Cursos de Especialização em Direito Civil e Empresarial CCJ/UFPE. Vice-líder do Grupo de Pesquisa Constitucionalização das Relações Privadas.

E-mail: <fabiolalobo13@gmail.com>.

Marcos Ehrhardt Júnior é Doutor pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Mestre em Direito pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Professor de Direito Civil da UFAL. Professor de Direito Civil e Direito do Consumidor do Centro Universitário CESMAC. Pesquisador Visitante do Instituto Max-Planck de Direito Privado Comparado e Internacional (Hamburgo/Alemanha). Líder do Grupo de Pesquisa Direito Privado e Contemporaneidade (UFAL). Membro do Grupo de Pesquisa Constitucionalização das Relações Privadas (CONREP/UFPE). Editor da Revista Fórum de Direito Civil (RFDC). Diretor Nordeste do Instituto Brasileiro de Direito Civil (IBDCIVIL). Membro do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM) e do Instituto Brasileiro de Estudos de Responsabilidade Civil (IBERC). Advogado.

E-mail: <marcosehrhardtjr@uol.com.br>.

Rodolfo Mário Veiga Pamplona Filho é Doutor em Direito pela PUC-SP. Professor Titular do Curso de Direito da UNIFACS (Universidade Salvador). Professor Associado I da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Coordenador dos Cursos de Pós-Graduação em Direito Civil e em Direito e Processo do Trabalho da Faculdade Baiana de Direito e dos Cursos de Pós-Graduação *on-line* em Direito e Processo do Trabalho e em Direito Contratual da Estácio, em parceria tecnológica com o CERS.

E-mail: <rpf@rodolfopamplonafilho.com.br>.

APRESENTAÇÃO DA SEGUNDA EDIÇÃO	11
APRESENTAÇÃO.....	13

PARTE I
O PROBLEMA DA DELIMITAÇÃO CONCEITUAL
DA BOA-FÉ NO ORDENAMENTO BRASILEIRO

BOA-FÉ NO DIREITO CIVIL: DO PRINCÍPIO JURÍDICO AO
DEVER GERAL DE CONDUTA

Paulo Lôbo	17
1 Trajetória da afirmação da boa-fé no direito civil brasileiro...	17
2 A boa-fé como princípio jurídico, e não cláusula geral ou conceito indeterminado	19
3 A incidência da boa-fé nos direitos das pessoas, dos negócios jurídicos, das famílias, das obrigações, dos contratos, das coisas e das sucessões.....	21
4 A boa-fé como dever geral de conduta	23
5 Deveres gerais de conduta de boa-fé antes e após a execução dos negócios jurídicos	26
6 Aplicações específicas da boa-fé.....	27
6.1 Dever de não agir contra o ato próprio.....	27
6.2 Boa-fé e dever de informar.....	29
Referências	32

DELIMITAÇÃO CONCEITUAL DO PRINCÍPIO DA BOA-FÉ

Rodolfo Pamplona Filho	35
1 A boa-fé como um princípio jurídico	35
2 Boa-fé objetiva e boa-fé subjetiva	36
3 Compreendendo o princípio da boa-fé objetiva	39
4 Funções da boa-fé objetiva	41
4.1 Função interpretativa e de colmatação	41
4.2 Função criadora de deveres jurídicos anexos ou de proteção	42
4.2.1 Deveres de lealdade e confiança recíprocas.....	43
4.2.2 Dever de assistência	45
4.2.3 Dever de informação	45
4.2.4 Dever de sigilo ou confidencialidade	48
4.3 Função delimitadora do exercício de direitos subjetivos	48
5 A boa-fé objetiva e o art. 422 do Código Civil brasileiro	49
6 Desdobramentos da boa-fé objetiva.....	54
6.1 <i>Venire contra factum proprium</i>	55
6.2 <i>Supressio</i>	57
6.3 <i>Surrectio</i>	58
6.4 <i>Tu quoque</i>	59
6.5 <i>Exceptio doli</i>	59
6.6 Inalegabilidade das nulidades formais.....	60
6.7 Desequilíbrio no exercício jurídico	61
6.8 Cláusula de <i>Stoppel</i>	61
Referências	62

A BOA-FÉ COMO LIMITADORA DA AUTONOMIA PRIVADA
NO EXERCÍCIO DA DISPONIBILIDADE DOS DIREITOS DA
PERSONALIDADE

Maria Carla Moutinho Nery	65
1 Introdução.....	65
2 O princípio da boa-fé como limitador da autonomia privada.....	66

2.1	O princípio da autonomia privada	67
2.2	A disponibilidade dos direitos da personalidade e a boa-fé ..	70
3	Conclusão.....	76
	Referências	76

PARTE II

REFLEXOS DA BOA-FÉ NO CAMPO OBRIGACIONAL

INSUFICIÊNCIA DA TEORIA ECONÔMICA DO CONTRATO COMO INSTRUMENTO PARA DELIMITAÇÃO DO CONTEÚDO DA BOA-FÉ OBJETIVA

Geraldo Frazão de Aquino Jr.	81	
1	Considerações iniciais	81
2	Racionalidade econômica no domínio contratual	82
3	Análise econômica do direito e o fenômeno jurídico	87
4	A análise econômica do direito e a boa-fé.....	96
5	Crítica à análise econômica do direito	98
6	Considerações finais.....	104
	Referências	105

CONTRATOS EXISTENCIAIS, DE LUCRO E HÍBRIDOS ENTRE A TEORIA DA CAUSA OBJETIVA E A BOA-FÉ

Raphael Fraemam Braga Viana	107	
1	Prolegômenos.....	107
2	A crise no modelo solidarista de contrato.....	108
3	Instabilidades na taxonomia da classificação contratual no direito privado	115
4	A ideia da operação econômica no direito contratual e a classificação de Antônio Junqueira de Azevedo.....	117
5	A importância da finalidade na celebração dos negócios jurídicos	120
6	A utilização das ferramentas da teoria da causa objetiva para determinar a finalidade do negócio jurídico	121
7	Considerações iniciais acerca da boa-fé objetiva	127
8	A boa-fé objetiva nos contratos existenciais.....	128
9	A boa-fé objetiva nos contratos de lucro.....	130
10	A boa-fé objetiva nos contratos híbridos	132
11	Considerações finais.....	134
	Referências	136

OS VÍCIOS DE DESCONFORMIDADE E O INADIMPLEMENTO CONTRATUAL DECORRENTE DA VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA BOA-FÉ

Fabíola Albuquerque Lobo, Cora Cristina Ramos Barros Costa	139	
1	Introdução.....	139
2	O princípio da boa-fé e os deveres gerais de conduta.....	140
3	Princípio da informação no CDC	143
4	Espécies de responsabilidade civil no CDC e a teoria da qualidade.....	146
5	Responsabilidade por vícios de desconformidade	147
6	Exemplos de julgados sobre vício de desconformidade.....	149
7	Conclusão.....	154
	Referências	155

REDUÇÃO DA INDENIZAÇÃO PELA VIOLAÇÃO DA BOA-FÉ POR PARTE DA VÍTIMA

Everilda Brandão Guilhermino	157	
1	Da responsabilidade civil ao direito de danos	157
2	A boa-fé como dever jurídico na mitigação de danos	160

3	A funcionalização da responsabilidade civil.....	162
4	O abuso de direito pela vítima de danos e a redução do <i>quantum debeatur</i>	165
	Referências	171

PARTE III
BOA-FÉ E SUA UTILIZAÇÃO NO DIREITO
DAS FAMÍLIAS E SUCESSÕES

A VULGARIZAÇÃO NA UTILIZAÇÃO DOS PRINCÍPIOS E A
SUBJETIVAÇÃO DO DIREITO CIVIL: UM RECORTE SOBRE A
APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA BOA-FÉ NO DIREITO DE FAMÍLIA

Dimitre Braga Soares de Carvalho		175
1	Introdução.....	175
2	Do desvirtuamento da utilização dos princípios no direito de família.....	176
3	A configuração do princípio da boa-fé no direito de família: aspectos materiais e processuais.....	182
4	A vulgarização da utilização do princípio da boa-fé e o decisionismo judicial no direito de família.....	186
5	A convivência (nem sempre pacífica) do objetivismo da norma codificada e o subjetivismo da interpretação dos magistrados: a versão brasileira	188
6	Conclusão.....	192
	Referências	192

A PLASTICIDADE DA BOA-FÉ NO CONCUBINATO

Luciana Brasileiro		195
	Referências	203

FILIAÇÃO: NATUREZA JURÍDICA, AUTONOMIA E BOA-FÉ

Maria Rita de Holanda Silva Oliveira		205
1	A natureza jurídica da filiação no sistema jurídico brasileiro	205
2	Princípios constitucionais incidentes	210
3	Autonomia da vontade, autonomia privada, autonomia existencial/autodeterminação e as dimensões do planejamento familiar	221
4	Boa-fé subjetiva e a boa – fé objetiva nas relações parentais...	225
5	Conclusão.....	228
	Referências	229

O PRINCÍPIO DA BOA-FÉ OBJETIVA NO RECONHECIMENTO
DOS FILHOS E A OMISSÃO DA VERDADE BIOLÓGICA

Camila Buarque Cabral, Karina Barbosa Franco		231
1	Introdução.....	231
2	A boa-fé objetiva no direito de família.....	232
3	A boa-fé objetiva no reconhecimento dos filhos.....	237
3.1	A boa-fé objetiva e a tutela da confiança: proibição do comportamento contraditório (<i>venire contra factum proprium</i>)	238
3.2	A boa-fé e a omissão da paternidade biológica	241
3.3	O abuso de direito por violação à boa-fé objetiva e o dever de indenizar	245
4	Análise dos julgados do STJ	248
5	Conclusão.....	251
	Referências	252

A APLICABILIDADE DA TEORIA DO ADIMPLENTO
SUBSTANCIAL EM MATÉRIA DE DÍVIDA ALIMENTAR E O
PRINCÍPIO DA BOA-FÉ

Edmilson Cruz Júnior		255
1	Introdução.....	255

2	A prestação alimentar	256
2.1	Definição.....	256
2.2	Prisão civil.....	258
2.3	A ação de execução de alimentos	260
2.4	A prisão civil diante do pagamento parcial.....	262
3	O princípio da boa-fé e a teoria do adimplemento substancial.....	263
3.1	A teoria do adimplemento substancial no STJ.....	264
3.2	A aplicação da teoria do adimplemento substancial na execução de alimentos.....	268
3.3	O adimplemento substancial e a prisão civil.....	269
4	Um critério de segurança jurídica	273
	Referências	276

REFLEXÕES ACERCA DA APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA BOA-FÉ OBJETIVA EM MATÉRIA DE INDIGNIDADE SUCESSÓRIA

Patrícia Ferreira Rocha	279	
1	Introdução.....	279
2	A delimitação do conceito de boa-fé objetiva.....	280
3	Direito das sucessões.....	282
4	A indignidade sucessória.....	284
5	Aplicação do princípio da boa-fé objetiva à indignidade sucessória	290
6	Conclusão.....	295
	Referências	296

PARTE IV

DIÁLOGOS DA BOA-FÉ COM MICROSSISTEMAS: A EXPANSÃO DE SUA UTILIZAÇÃO

A BOA-FÉ NAS RELAÇÕES DE CONSUMO: INFORMAÇÃO E DEFESA DO CONTRATANTE VULNERÁVEL NAS SITUAÇÕES DE SUPERENDIVIDAMENTO

Gustavo Henrique Baptista Andrade	301	
1	Introdução.....	301
2	Direito civil e direito do consumidor: uma interlocução necessária	304
3	Princípios liberais e sociais do contrato.....	307
4	A boa-fé nas relações de consumo	314
5	Dever geral de informação.....	315
6	A boa-fé nas situações de superendividamento do consumidor.....	320
7	Síntese conclusiva.....	322
	Referências	323

A BOA-FÉ E SUA REPERCUSSÃO DA TEORIA DO ADIMPLENTO SUBSTANCIAL NOS CONTRATOS DE SEGUROS INTEREMPRESARIAIS

Danilo Rafael da Silva Mergulhão, José Cláudio Oliveira Mergulhão Júnior	327	
1	Os contratos de seguro e a boa-fé.....	327
2	Função social dos contratos de seguro.....	330
3	A aplicação do adimplemento substancial nos contratos de seguro pelos tribunais brasileiros com fundamento na boa-fé objetiva	336
4	Conclusões	342
	Referências	345

CONVOLAÇÃO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL EM FALÊNCIA:
UMA ANÁLISE SOB A LUZ DA TEORIA DO ADIMPLEMENTO
SUBSTANCIAL

José Barros Correia Júnior, Paula Falcão Albuquerque	349
1 Introdução	349
2 Recuperação judicial e a convolação em falência por descumprimento do plano	351
3 A teoria do adimplemento substancial	355
4 O descumprimento do plano de recuperação judicial e a teoria do adimplemento substancial como meio de obstaculizar a convolação em falência	360
5 Considerações finais	366
Referências	368

BOA-FÉ OBJETIVA OU PROTEÇÃO À CONFIANÇA? QUAL
PRINCÍPIO APLICAR NAS RELAÇÕES ENTRE O ESTADO E O
PARTICULAR TUTELADAS PELO DIREITO ADMINISTRATIVO

Danilo Moura Lacerda, Marcos Ehrhardt Júnior	371
1 Introdução	371
2 As funções da boa-fé objetiva e seu efeito expansivo	373
3 O princípio da proteção da confiança legítima	380
4 Cotejo entre posições doutrinárias divergentes	386
5 Hipóteses de aplicabilidade da boa-fé objetiva à administração pública	391
6 Conclusão	397
Referências	398
SOBRE OS AUTORES	401